

São muitas as críticas dirigidas ao governo pela forma como vem conduzindo sua política monetária. Essas críticas têm como alvo específico a elevação das taxas de juros nos últimos dias. Mas, nas atuais circunstâncias, o governo pode utilizar algum instrumento de política econômica diferente desse?

A origem da inflação é o desequilíbrio das contas públicas. Esse desequilíbrio só pode ser eliminado mediante a redução das despesas, o aumento das receitas ou a combinação dessas duas medidas. Não deve haver hoje nenhum brasileiro preocupado com o futuro do País que não tenha chegado à conclusão de que a superação da crise exige a redução das despesas do setor público. No entanto, dentro do quadro constitucional vigente, o governo já cortou onde podia. Técnicos respeitados — no governo e de fora dele — chegaram a alertar que, por não poder cortar onde precisa, o setor público está cortando demais onde pode, ameaçando a continuidade dos serviços que precisa oferecer à sociedade.

A alternativa é o aumento dos impostos, que tem possibilidades remotas de êxito. O peso dos impostos, já excessivo, vem inibindo a expansão das atividades econômicas. Aumentá-lo resultará em agravamento da recessão que já corrói as receitas públicas e na elevação dos custos operacionais das empresas, o que jogará mais lenha na fogueira inflacionária.

A opção pela atração do capital estrangeiro, que dinamize a economia e permita aumentar as receitas do governo, igualmente esbarra em problemas de difícil superação a curto prazo. Em primeiro lugar, existem a barreira constitucional e a barreira política formada pelos congressistas cujas idéias retrógradas impedem a maior abertura da economia brasileira ao Exterior. Além disso, a precondição para o ingresso dos capitais estrangeiros no Brasil, especialmente na forma de investimentos de que tanto precisamos, é justamente a existência de uma eco-

nomia estável.

Resta ao governo, pois, a política monetária. Há 20 dias, o Banco Central deu um susto no mercado, com a imposição de um recolhimento compulsório sobre todos os depósitos a prazo que excedessem o saldo existente no final de julho, medida que depois tratou de abrandar. Na semana passada, o Banco Central voltou sua atenção para os juros. O compulsório e a taxa de juros são os dois instrumentos clássicos de execução da política monetária, com o objetivo de se controlar a liquidez da economia e a velocidade de circulação da moeda.

Ao endurecer a política monetária, o governo tinha objetivos claros: reduzir o consumo, esfriar a atividade econômica, obrigar as empresas a reduzir seus estoques e aumentar a oferta de produtos. Em resumo, a intenção era aliviar as pressões provocadas pela demanda, de modo a evitar uma alta maior dos preços.

Esse esquema clássico, no entanto, funciona numa economia relativamente saudável e com inflação, além de baixa, estável. A situação brasileira é o inverso dessa: economia em crise, com inflação alta e em ascensão, provavelmente muito mais rápida do que aquela que o governo gostaria de admitir. O resultado é que, além de reduzir a demanda — e aprofundar a recessão —, os juros altos provocam uma pressão sobre os custos, que acabam resultando em mais inflação. As indústrias, como admite o ministro interino da Economia, Luiz Antônio Gonçalves, produzem menos e vendem mais caro, para manter ou até ampliar sua margem de lucro.

Assim, a diferença entre o efeito de remédio e o efeito de veneno mortal que pode resultar da manipulação violenta da taxa de juros se dá por uma nuance muito sutil. Mas, com o governo bloqueado em suas possibilidades de agir sobre as causas reais da inflação, só resta à economia brasileira seguir tentando caminhar sobre esse perigoso fio da navalha.